

1983 - SETEMBRO/UFRJ - IFCS - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
I ENCONTRO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO
MESA REDONDA: A UNIVERSIDADE E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS
1º e 2º GRAUS

O ENSINO DE HISTÓRIA É TAMBÉM UMA QUESTÃO POLÍTICA

(texto retirado da fita gravada da comunicação verbal feita no
Seminário Interno do IFCS - 01.09.83).

Moacyr de Góes

Colegas Professores e Estudantes:

A presente comunicação é muito mais resultado de uma prática em 2º grau do que, propriamente, um estudo teórico e/ou levantamento de situações dessa Escola.

A este tema pretendo trazer, também, algumas reflexões de ordem geral, contextuadas historicamente. A parte substantiva, todavia, é a informação de uma prática de 2º grau que vem desde o início da minha formação no magistério, a qual, de 1964 até à Anistia, praticamente, se resumiu no meu único campo de trabalho, uma vez que a Universidade me estava vedada. Esta prática é que pretendo discutir aqui, da maneira mais simples possível, a mais objetiva.

Dentro das reflexões de ordem empírica sobre a realidade, a percepção que eu tenho dos últimos quase vinte anos, é a de uma marcante desvalorização do ensino de História no 2º grau. Eu acho que nós passamos por uma fase muito difícil, em que a nossa disciplina foi quase marginalizada do currículo e nessas minhas reflexões eu encontro algumas explicações para isto, para este momento histórico vivido e sofrido.

Se a gente começar a refletir sobre o nível da formação social; o papel do estado liberal-oligárquico; a travessia populista de 1930 a 1964; a experiência recente de implantação de um estado autoritário; verifica que este último procurou implementar, de forma acelerada, o capitalismo. A reflexão sobre este processo, talvez nos dê algumas chaves para compreender porque o ensino de História passou a não ter a importância que alcançara em épocas anteriores. Quer dizer, os objetivos de quem formulava a política de educação, de quem definia currículo, de quem definia conteúdo, estavam muito mais voltados para a implementação acelerada do capitalismo do que propriamente para outro tipo de preocupação, como por exemplo, o papel da História numa política global de educação. A preocupação pelo estudo de História, não era evidentemente fundamental.

Ainda mais: reflitamos ao nível da formação econômica. Se for verdadeiro este meu raciocínio de processo histórico (e eu não pretendo ser dono da verdade), mas se ele tiver algum fundamento, uma preocupação aí também se coloca. No Brasil, o capitalismo, acelerado por um estado autoritário, desqualificou o trabalho e isso repercutiu na área da educação de forma perversa. É verdade que o capitalismo vai precisar de um pequeno setor de ponta, e este vai exigir, pelo contrário, uma alta qualificação tecnológica; darei como exemplo a informática. A informática, o sistema de computadores, toda essa parafernália eletrônica, essa área, ela, realmente, precisa de uma preparação tecnológica de alto nível. Agora, a formação comum de mão-de-obra, esta não vai exigir refinamentos maiores; pelo contrário, se for assegurada alguma escolaridade, mesmo barata, a empresa se encarregará de dar o treinamento posterior para a função ou posto de trabalho. Assim, para o treinamento necessita-se de uma base escolar que não precisa ser sofisticada, nem precisa ser cara. A empresa, em cima desta escolaridade, colocará os seus objetivos de formação profissional; então ela trabalhará com programas de treinamento, que, no fundo, se revelam mais ou menos como programas de adestramento.

Quem se lembra de "Tempos Modernos", de Chaplin, sabe que o apertar parafusos condiciona de tal maneira, que o personagem do filme ao encontrar uma mulher na rua com um vestido cheio de botões, automaticamente, ele procura apertar os "parafusos" da mulher. Então, não é uma sofisticada base educacional de que vai precisar o educando. E digo mais: se esta visão for correta, aos olhos do sistema, o ensino de História pode até ser "prejudicial". O ensino profundo da História, o ensino ampliado e crítico da História, poderá criar até certas dificuldades, poderá atrapalhar. Sabemos que a escola acadêmico-humanista é insuficiente para a preparação tecnológica. Então, para aquelas profissões de ponta (como dei aqui, por exemplo, a informática), uma escola acadêmico-humanista é insuficiente para colocar alguém dentro dessa área de trabalho. E, para os outros que estão excluídos dessa área de ponta, para aquelas a quem fica destinado apenas o apertar parafusos, o ensino de História pode parecer, aos olhos do sistema, como um ensino supérfluo e um supérfluo perigoso pois abre caminho para o questionamento, pelo espírito crítico que o ensino de História estimula. Por outro lado, é caro: porque pagar professores de História para ministrar aulas, se, nesta visão, eles não são necessários porque não preparam para a tecnologia e são perigosos porque falam em política para seus alunos?

Ora, visto assim, na formação social brasileira, na sua formação econômica, na sua formação educacional, nesta visão empírica, o que poderia estar acontecendo, também, globalmente, à nossa escola? Me parece que, o que está acontecendo é uma transição do ensino formal, elitista, para um ensino que está sendo reivindicado, de forma crescente, pelos segmentos populares que invadiram a área institucional da escola. Hoje, segmentos populares invadiram a área da escola, mas esta escola, que está atendendo, precariamente, parte desses segmentos, ainda não está preparada para este tipo de trabalho, nem tem recursos físicos, nem humanos, nem financeiros. Então é profun-

damente penosa a visão de uma escola pública hoje, que se sente convocada, até mesmo ideologicamente, para o trabalho com segmentos populares, mas que ainda não tem um instrumental, nem tem ainda uma proposta de trabalho para o atendimento a esses segmentos populares.

Cumpra dizer, ainda, que estes segmentos se concretizam não só em termos discentes, mas, também, docentes. A docência, hoje, não é mais recrutada na classe dominante, que falava francês e tocava piano.

Essa transição está sendo por demais lenta e por demais penosa, porque já não temos mais, e, nem era para ter, a escola voltada para os segmentos das camadas médias e superiores da sociedade e nem temos ainda uma escola voltada, realmente, para os segmentos populares que invadiram o seu espaço institucional.

Então, vejamos o seguinte: ao nível da formação social, da formação econômica e da formação educacional, com esse trânsito que acabei de tentar explicitar, eis que alguns meios foram utilizados para desvalorizar concretamente a História.

Primeiro: o comprimir e descaracterizar a História e a Geografia, compactando-as na camisa de força, de "Estudos Sociais". Então nós vemos currículos onde havia duas aulas de Geografia e duas aulas de História, e agora aparecem duas aulas de Estudos Sociais; quer dizer, nem se ensina História, nem se ensina Geografia. E cria-se esta figura ambígua, esta fronteira indefinida, este campo cinzento, onde realmente os conteúdos que precisavam ser ministrados, as aulas que precisavam ser dadas, os tempos que deveriam ser necessários, tanto para a Geografia como para a História, desaparecem.

Esta questão interessa diretamente a professores e a alunos dos cursos de História, pois ela deságua no mercado de trabalho. Exemplo: se nós tínhamos duas aulas de História no segundo ano, e, agora, estamos reduzidos a meia aula, alguém está desempregado. Então, isso também interessa, diretamente, a quem está tentando entrar nesta coisa hoje cada vez mais difícil desse país, que se chama mercado de trabalho. Este foi o primeiro caminho para desvalorizar o estudo de História, este fato desta camisa de força de Estudos Sociais.

O segundo meio concreto, que eu vejo, como política consciente, da desvalorização da História, no currículo, é como foi aproveitada a Lei 5692/71. Acho que a Lei 5692/71 tem um objetivo visível e outro oculto. Não dá tempo de discutir isso aqui, talvez um dia eu ainda volte para cá, para discutir com vocês a proposta oculta, o objetivo oculto da 5692/71. Mas, o visível, que era juntar trabalho e educação, que é uma proposta que eu acho progressista, todavia o como ela foi feita, o modo como ela foi implantada, o todo mundo a calçar nº 44, fez com que se perdesse talvez uma boa oportunidade de se fazer progredir uma política de educação neste país. Isso é compreensível: o estado autoritário, com toda sua gama de manipulação

ções, nos levou a isso. Não é a primeira vez que uma boa proposta se perde pelo como conduzir essa proposta.

Eu lembraria aqui, porque estou no meio da História, que o parlamentarismo, que poderia ser uma proposta progressista, em termos de um sistema político, ele foi desperdiçado no Brasil em 1961, porque ele serviu apenas para escamotear a efetiva retirada de poder do Presidente Constitucional. Então se perdeu a oportunidade de se aperfeiçoar as instituições políticas, porque o objetivo oculto não era o aperfeiçoamento das instituições políticas, muito pelo contrário, era a retirada dos poderes constitucionais do Presidente da República.

Voltando à 5692/71, ela poderia ter sido um avanço em termos de juntar, somar, trabalho-educação; todavia como seu objetivo oculto não era esse e sim desviar da Universidade a pressão do 2º grau etc, etc, etc, então, perdemos uma grande oportunidade, e a 5692/71, serviu de pretexto, inclusive, para retirar dos currículos as cargas horárias que nós tínhamos. Então, a 5692/71, no segundo grau, cria as grades curriculares de formação geral e formação especial, inclusive com predominância de formação especial. O que vai acontecer, então? Vai acontecer, que, ao invés de ser ampliado o tempo da escolarização, vai ocorrer a expulsão de algumas matérias, do currículo geral, inclusive História que, praticamente, passa a ter um papel formal, no currículo. Assim, de forma incrível, encontra-se em alguns currículos oficiais, uma aula de História por série, por semana. Evidentemente isso não leva a coisa alguma. Na hora em que a História perdia os seus espaços, estes eram ganhos, pelas disciplinas esdrúxulas, como por exemplo, Educação Moral e Cívica (que é uma disciplina profundamente ideológica, oriunda do sistema autoritário), a OSPB, que é, nada mais, nada menos, que História. Porque não chamar OSPB de História e dignificá-lo como ciência? Todavia escamotea-se e busca-se preparar as "cruzinhas" de vestibular. As surrealistas disciplinas profissionalizantes também comparecem. O surrealismo chegava a tal ponto que nós estávamos preparando para um mercado que não se expandia em emprego e que terminou em recessão.

Isto foram medidas concretas em termos da desvalorização da História, na escola de segundo grau.

En passant, já que a gente está falando em currículo, um pensamento que sempre me ocorre nessas horas (um pensamento meio desviado, um pensamento dispersivo e vagabundo): essa questão de definir os currículos em GRADES. Fico me perguntando se isso também é muito em função da época: a grade curricular prendendo o conhecimento, assim como as grades físicas prendiam os homens na época da repressão? Não haveria, também, no fundo, na insistência nas grades curriculares, nas quais a burocracia estiola o conhecimento, a intenção do dosar o saber para não colocar em risco o poder? Talvez, um dia, a gente pare um pouco para pensar e descubra que, muitas coisas que nós usamos, são armas voltadas para nós, contra nós, e que temos que manuseá-las, como nosso próprio instrumento de trabalho. Fecha-se o parenteses vagabundo.

Eu quero trazer para concluir um estudo de caso, de currículo de História, de segundo grau, que é a minha experiência, que é a experiência do Colégio São Vicente de Paulo, no Rio de Janeiro, à Rua Cosme Velho. Eu estive ensinando História no São Vicente de 1965 a 1982. Ensinei no primeiro grau, rapidamente: depois fui me fixar no segundo grau e com uma equipe que teve estabilidade muito grande de trabalho, em termo de tempo. O Aquino, que vocês conhecem, o autor da "História da América", a Luiza, que também é muito conhecida em vários colégios, e eu. Recentemente uniu-se à equipe o Chico Alencar, autor de uma História do Brasil. O currículo, fruto de nossa proposta, não era o currículo oficial, mas sim o discutido internamente, no Colégio. E aí é preciso fazer um parenteses para me deter um pouco e informar sobre a especificidade desse Colégio, de 1965 a 1982, período em que estive lá. É uma organização confessional católica; serve à clientela da chamada classe "A" do Rio de Janeiro; um colégio que não tem maiores dificuldades financeiras; oferece instalações e equipamentos razoáveis; obtém altos índices de aprovação no vestibular; de 1965 até 1982 passou por três direções que eu poderia dizer (como da maioria da congregação dos professores) o que nós chamamos uma postura política progressista; a predominância é quase total de leigos; e uma coisa fundamental - liberdade de cátedra assegurada em todo o período em que lá estive; salários acima da média de mercado.

Outra especificidade do São Vicente é a seguinte: desde 1965, talvez em função do fechamento político da sociedade pelo estado autoritário, os professores e a direção procuraram ter um documento norteador que se chamou de "Princípios de uma Filosofia Educacional". Este documento, sempre atualizado, é fruto de uma intensa e profunda discussão da questão da educação. Procurou-se, então, transpor os objetivos desse documento para os programas, conteúdos e a vivência da sala de aula, aproximando, no possível, a teoria da prática. Este item sido o maior desafio do S. Vicente: dar coerência à prática, em função do seu discurso. Tarefa, evidentemente, que transcende aos seus muros.

A partir de 1968, com Medellin e Puebla, que foram dois episódios importantes, como vocês sabem, do "adjornamento" da Igreja na América Latina, o Colégio absorveu bem esse princípio e, então, procurou viabilizar uma educação libertadora, que é o eixo de Medellin: uma educação centrada no espírito crítico e no diálogo. Evidente que da teoria para a prática há uma distância, mas a prática procurou se aproximar do discurso e no meio de todas aquelas contradições conseguimos realmente algumas coisas concretas. Daria aqui um exemplo: a educação política: nunca deixou de haver, anualmente, a campanha eleitoral e as eleições dos grêmios estudantis, durante todo esse tempo. Mesmo quando o movimento estudantil estava no mais profundo recesso, o Colégio São Vicente presenciava a discussão política das chapas que concorriam às eleições de seus grêmios.

Por outro lado, a especificidade do currículo de História, como é que se conseguiu?

Primeiro: no segundo grau, nós tínhamos uma carga horária de 3 a 4 horas de aulas de História, por série, por semana; quer dizer, o tempo necessário para entrar em contacto com o aluno e discutir História.

Segundo: quando o aluno chega à terceira série de segundo grau, ele encontra dois professores de História dentro de sua sala de aula, cada professor com duas aulas por semana. São dois especialistas: um em História do Brasil e outro em História Geral, e que elaboram seus programas juntos.

Terceiro: desde 1970 é feita uma discussão permanente com a equipe de História e o programa passou a ter os seguintes eixos:

a) estudar a História através do colonizado e não do colonizador (a formação social dada, o fato histórico estudado, além das abrangências próprias, passam, também, pela visão do mundo do colonizado que, muitas vezes, não elaborou o texto didático que está na escola).

b) estudar a História a partir do continente americano, extrapolando para a Europa, Ásia e África, na medida da necessidade. Evidentemente, se o objeto do estudo é a formação do capitalismo, eu tenho que extrapolar para a Europa; se eu vou dar a sociedade escravocrata, idem Europa e África, mas o programa parte da América, de sua formação social, política, econômica e cultural).

c) estudar a História até aos fatos coetâneos aos alunos, quer dizer, os programas de História devem ser discutidos até os dias de hoje.

Eu trago aqui e vou deixar em mesa os programas de História do São Vicente deste ano de 83. Aqui está, no primeiro ano, segundo grau, em novembro, os alunos estarão estudando o Peronismo e a Argentina, a Revolução Cubana e a Revolução Sandinista. Quer dizer, procurar trazer a História até o fato vivenciado, coetâneo ao estudante, e não a História apenas nas suas origens.

d) como último ponto, como último dado do eixo do programa, estudar a História insistindo na análise crítica das diversas formações sociais, políticas, econômicas e culturais. Quer dizer, quanto menos pacotes, melhor; quanto mais discussão, quanto mais exercerem as análises críticas, quanto mais se pensar sobre a ciência, melhor.

Reflexão última: isto foi conquistado em pleno período do estado autoritário. É verdade, que vocês vão me dizer, - mas isso daí é uma escola classe "A", um Colégio, não diria rico, mas que tem, teve, condições de manter isso; está certo, mas o ponto de partida disto, foi a postura política dos professores de História e a liberdade de cátedra assegurada pela Direção da Escola. Se nós não tivéssemos assumido uma postura política no final dos anos 60, segurado essa postura política

durante os anos 70 todos até hoje, evidentemente, que este programa não teria sido realizado.

Então essa é a reflexão que eu deixo aqui, com vocês, mais uma vez, pedindo desculpas, de ter de sair, porque eu vou viajar agora para Mato Grosso do Sul. A reflexão como proposta é a seguinte: que o ensino de História não é somente uma questão pedagógica, ou didática, mas é, também, uma questão política e como tal, deve ser tratada. Não é um hipercorporativismo que eu estou colocando: sentido corporativo de magistério, de professor, e, dentre dele, ainda mais corporativo, o de professor de História; não é isso; é porque eu acho, eu percebo, a minha experiência de 25 anos de dentro de sala de aula, me leva a perceber que é fundamental ao tratarmos o problema da História, discutirmos a postura política do seu profissional. Isso aí é fundamental, pelos desdobramentos que vão se seguir. A competência técnica e o compromisso político do professor farão avançar o conhecimento, a ciência, o pensamento crítico. A carência da competência e a ausência do compromisso serão fatores de estagnação e retrocesso.

Eu quero agradecer a vocês, e mais uma vez pedir desculpas, por ter de sair, mas, em outra oportunidade. me coloco à disposição para qualquer outro debate, qualquer outra conversa. Me senti muito feliz de estar aqui. Muito obrigado.